



O PROJovem E AS POSSIBILIDADES DE RECONSTITUIÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO E AO TRABALHO: em foco a qualificação profissional

Maria Alice Melo¹
Talita de Jesus da Silva Martins²

Resumo

Esse trabalho objetiva apresentar alguns dos resultados de uma pesquisa, em andamento, realizada em rede, sobre o Projovem, em que foram analisadas as implicações desse Programa como mecanismo de inclusão social para jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade social, tendo como foco principal o impacto da qualificação profissional inicial na vida dos jovens egressos. Apresentaremos uma breve caracterização dos jovens egressos desse programa em São Luís e algumas percepções em relação à qualificação profissional, com o intuito de refletirmos sobre a implementação do Projovem em São Luís e sua perspectiva de inclusão social.

Palavras-chave: Juventude; Políticas públicas; Projovem; e Qualificação Profissional

Abstract

This study presents some results of a research in progress, performed network, on Projovem, in which we analyzed the implications of this Program as a mechanism for social inclusion for young people who are in a situation of social vulnerability, having as main focus the impact of initial qualification in the lives of young graduates. We will present a brief characterization of the young graduates of this program in St. Louis and some insights regarding the professional qualifications, in order to reflect on the implementation of Projovem in St. Louis and their social inclusion perspective.

Keywords: Youth; Public Policy; Projovem, and Professional Qualification

¹ Doutora. Universidade Federal do Maranhão(UFMA). E-mail: ma.melo@terra.com.br

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: talitamartins85@hotmail.com



1. INTRODUÇÃO

A situação da juventude brasileira em geral apresenta desafios, mas agravam-se muito mais quando se trata de jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade, pois fatores como desemprego e dificuldade de acesso à educação de qualidade atingem de forma mais severa esta população. Como aponta o Relatório de Desenvolvimento Juvenil (2007), ao identificar que de 2001 a 2006 o número de jovens que não estudam passou de 51,4% para 53,1%. E com relação à taxa de desemprego, esta, cresceu mais de 100% nos últimos anos, em que passou de 2,1 milhões em 1995 para 4,2 milhões em 2005 (POCHMAN, 2007).

Nessa perspectiva, o Governo Federal instituiu em 2004 um grupo interministerial para levantar os principais programas federais para os jovens, desenvolvendo novas ações e consolidando práticas que garantam direitos e oportunidades. Coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República e composto por 19 ministérios, esse grupo realizou um diagnóstico da situação dos jovens brasileiros. Um resultado imediato do trabalho foi a implementação Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM), que passou a vigorar como Lei de nº. 11.129 em 30 de Junho de 2005.

Como parte integrante da Política Nacional de Juventude esse Programa foi apresentado como um programa ambicioso que pretende proporcionar uma formação integral a jovens brasileiros de 18 a 24 anos³. Na sua implementação foi caracterizado como um programa emergencial, pois atendia a um segmento da população que tinha necessidade de chegar ainda jovem no Ensino Médio; e experimental, devido a sua proposta curricular acolher a articulação de forma integrada das dimensões: escolarização, qualificação profissional e desenvolvimentos de ações comunitárias.

³ A UNESCO incorporou na pesquisa “Juventude, juventudes: o que nos uni e o que separa” (2004) a faixa etária de 15 a 29 anos nos estudos sobre juventude.



O objetivo deste trabalho é analisar as implicações do ProJovem como mecanismo de inclusão social para jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade social, destacando a qualificação profissional oferecida nesse Programa como uma possível possibilidade de inclusão social.

Face a este objetivo, em um primeiro momento, tecemos uma breve caracterização de egressos do programa em São Luís fazendo considerações fundamentais para o encaminhamento da reflexão desenvolvida neste trabalho. Em seguida, destacaremos a qualificação profissional como possibilidade de reconstrução de direitos. Finalmente, apresentaremos algumas considerações finais sobre o tema.

2. OS EGRESSOS ENVOLVIDOS NA PESQUISA: uma breve caracterização

O grande contingente de jovens maranhenses situados na faixa etária de 18 a 24 anos (público alvo do ProJovem), por apresentar os requisitos de: a) escolarização em nível fundamental incompleto ou a ausência desta; b) falta de preparação básica para adentrar no mundo do trabalho e; c) pouca ou nenhuma inserção cidadã nas questões sociais, impulsionaram a implantação do ProJovem em São Luís, dirigido a segmentos sociais que se encontram na condição de vulnerabilidade social, tendo em vista que apresentam impedimentos decorrentes de um conjunto de fatores sociais.

Este Programa busca contribuir para a superação da situação de vulnerabilidade que atinge percentual significativo de jovens maranhenses, que se encontra exposto a riscos sociais de toda espécie – situações de violência, desemprego, falta de moradia, doença, dificuldades de acesso à educação, entre outros.

Nesse sentido, estudos realizados por Holanda (2012, p.2), apontam que “a economia maranhense no período de 2000 a 2010, cresceu em velocidade maior que a média brasileira e a média do Nordeste”. No entanto esse comportamento não se refletiu na melhoria da qualidade de vida dos segmentos situados na periferia da capital. Persistem a falta de acesso à saúde, à educação, ao emprego, ao transporte, esgoto, água, enfim a todos os serviços públicos básicos.



Em se tratando do segmento juvenil, o ProJovem ao ser criado teve como justificativa os milhões de jovens que frequentaram a escola, mas não deram prosseguimento aos estudos para concluírem sequer o Ensino Fundamental. O que inviabiliza qualquer projeto de acesso ao trabalho formal.

O ProJovem parece preencher essa lacuna e está formatado para atingir três demandas importantes na vida dos jovens: escolarização, qualificação profissional e inserção cidadã. Em São Luís – MA, local onde inicialmente se instalou o programa, as duas primeiras fases se deram da seguinte forma: na primeira, em dezembro de 2005 foram inscritos 8.368 jovens, destes foram matriculados 4.226 jovens, frequentaram o curso 2.010 alunos, sendo certificados 759. Conforme dados da Secretaria Municipal de Educação – SEMED nesta etapa houve uma desistência de 21,86% e abandono correspondente a 39,12%. Do total de frequentes, apenas 747 fizeram a formação técnica específica. Já na segunda fase, iniciada em outubro de 2006, foram inscritos 4.172 jovens, matricularam-se 2.634 alunos dos quais frequentaram o curso apenas 1.253 alunos. Observa-se que nas duas fases foram matriculados cerca de 6.860 jovens, pouco mais da meta prevista, que era de 5.700 vagas, no entanto, foi marcante o alto índice de abandono e o baixo índice de concluintes.

De acordo com estudos realizados por Bruzaca (2009, p.48), vários fatores concorreram para esses resultados, conforme atestam os depoimentos de professores:

O nível dos alunos, nós sabemos que era um público que não tinha terminado o Ensino Fundamental, e a idéia é que eles soubessem ler e escrever, mas eu me deparei com alunos em sala de aula que o nível de alfabetização era muito baixo e isso foi um entrave.

O ProJovem possui três dimensões estruturantes, quais sejam: escolarização, ação comunitária e a qualificação profissional, que juntas visam proporcionar a reinserção integral de jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

No que tange à escolarização os egressos estudados são pessoas que por diferentes motivos não deram prosseguimento aos seus estudos para concluir o ensino fundamental. Embora tenha sido essa exigência no universo de 115 pessoas, localizamos 23 que haviam concluído o ensino fundamental e 5 tinham o ensino médio completo. E questionados sobre o que os motivou a participarem do ProJovem, suas justificativas estão relacionadas à oportunidade de cursar os arcos ocupacionais, como também



adquirirem conhecimentos básicos de informática e acesso a bolsa. Conforme expressam os professores estudados por Bruzaca (2009, p.36):

- Os arcos são um grande atrativo, que impulsionam os alunos a participarem [...] há um desenvolvimento e uma transformação de vida desses alunos.
- Esses arcos não vão profissionalizar de fato, mas eles vêm dar um início de uma profissionalização. Então eles vão sair do Projovem com essa iniciação dessa profissão.

Embora se afirme que os jovens de segmentos mais pobres não se sintam atraídos pela escola, em razão do que ela oferece, quando o seu conteúdo vai ao encontro de seus interesses, a permanência desses jovens na escola se faz por mais tempo. Assim, os elementos discutidos neste eixo trazem sérias implicações para o processo de escolarização de jovens de segmentos populares.

Estudos realizados por Nogueira, Romanelli e Zago (2000) entre outros, demonstram que a pouca escolaridade dos pais tem influência significativa nos percursos escolares dos filhos. Em se tratando dos egressos pesquisados, verificou-se que 40,87% das mães e 40,0% dos pais, não são alfabetizados, o que de certa forma pode ter contribuído para o abandono da escola. Conforme Zago (2000, p.24)

Nos meios populares, as crianças, no mais frequente das vezes, não têm o seu dia organizado em torno das atividades escolares, com acompanhamento regular nos deveres de casa e outras atividades extraclasse para reforçar e tornar mais rentável o currículo do aluno, conforme estratégias comuns aos estratos médios da população.

Em relação ao sexo, a pesquisa apontou que 73% são do sexo feminino, confirmando as estatísticas nacionais mais recentes que apontam a mulher com mais anos de escolaridade que o homem. Nos bairros onde se localiza o maior número de egressos, há também o predomínio do sexo feminino.

Constatou-se também que a maioria dos egressos são solteiros, embora 53% possuam filhos. Em geral o número de filhos por pessoa está dentro da média nacional, ou seja, 26,96% dos pesquisados possuem dois filhos. Destaca-se que apenas 4,35% possuem 5 filhos. Associando-se o número dos filhos à renda familiar, verifica-se que os egressos pesquisados vivem com dificuldades, pois, 18,26% recebem abaixo de um



salário mínimo, e a maioria 35,65% de sua renda situa-se em dois salários mínimos. Esta situação certamente traz grandes dificuldades para a sobrevivência destes jovens.

Quanto ao engajamento em organizações comunitárias, os jovens tem sido apontados por pesquisadores (Krischke, 2008; Venturi e Bokany, 2008) como o segmento que demonstra disposição em desenvolver atividades junto a sua comunidade. A situação de pobreza que grande parte deles enfrenta, muitas vezes constitui impedimento para um posicionamento ativo diante das questões sociais que os atinge.

São variados os motivos que mobilizam os jovens a se organizarem para suprir a ausência do Estado, seja através da luta cotidiana pelo atendimento de demandas sociais, seja como forma de afirmação de sua identidade. E em se tratando dos egressos do ProJovem os estudos indicaram que dos 115 pesquisados, cerca de 15 jovens (13%) estavam engajados em organizações comunitárias ligadas a questões religiosas, culturais, sanitárias, esportivas e educacionais.

Delineamos o perfil de 115 egressos para fins da discussão sobre a sua caracterização e a seguir elegemos 20 egressos desse universo, a fim de apontar algumas percepções sobre a qualificação profissional.

3. A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMO POSSIBILIDADE DE RECONSTITUIÇÃO DE DIREITOS

Falar em qualificação profissional requer uma análise crítica em torno do caráter que assume a economia ao longo da história. Seu conteúdo e desdobramentos estão condicionados a interação entre atores, instituições, normas e culturas dentro e fora do trabalho.

Segundo Oliveira (2007, p.54) o novo cenário político em que se assenta a política de qualificação profissional, sofreu uma reorganização “envolvendo uma multiplicidade de dimensões”, expostas pelo Ministério do Trabalho como: “política, conceitual, institucional, pedagógica, ética e operacional”. Assim, essa política se afirma, em primeiro lugar, como um direito social. Tratando-se de uma qualificação social profissional, pois visa uma



qualificação em busca de uma inclusão cidadã. Esse novo cenário se fortaleceu com a aplicação da Lei nº. 11.741 de 16.07.2008 que alterou os dispositivos da LDB - Lei nº. 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Como vemos no artigo 39:

Artigo 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

Assim, a qualificação profissional, tem sido requerida pelos jovens como forma de diminuir os índices elevados de exclusão social através do emprego. Em localidades como São Luís – MA esse requisito tem sido amplamente reafirmado com a instalação de grandes empreendimentos que requerem mão de obra qualificada e nem sempre os trabalhadores locais preenchem os requisitos. E considerando as grandes dificuldades de acesso ao trabalho, só cerca de 11,31% dos egressos já haviam realizado cursos de qualificação profissional, antes do Programa, envolvendo 22 ocupações, sendo que informática, artesanato e cooperativa foram as de maior número de participantes.

E é nessa perspectiva que é desenvolvida a qualificação profissional inicial defendida pelo Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação profissional e Ação Comunitária – PROJOVEM. Na concepção do programa a Qualificação Social e Profissional – QSP é considerada além de uma prática social específica por meio do qual o ser humano constrói suas condições de existência, é desenvolvida uma dimensão subjetiva que dá autonomia e permite a realização pessoal, pois deverá possibilitar novas formas de inserção produtiva correspondendo às necessidades e potencialidades econômicas de onde o programa é implantado. (SEMED, 2007)

Baseado no levantamento dos arcos ocupacionais apresentados pelo ProJovem, foram oferecidos em São Luís (SEMED, 2007) nas seguintes áreas: Serviços Pessoais, Turismo e Hospitalidade, Agro-Extrativismo e Construções e Reparos II. E durante todo o curso o aluno, juntamente com as outras atividades, desenvolveu um Plano de Orientação



Profissional – POP, que visa possibilitar ao aluno um melhor aproveitamento das oportunidades práticas e teóricas oferecidas no curso.

No que se tange ao objetivo geral - analisar as implicações do ProJovem, mas especificamente os cursos de qualificação profissional oferecido por este programa, na vida dos jovens egressos. Os alunos que concluíram o curso apontaram como mudanças em suas vidas: a melhora nas relações familiares; maior oportunidade de conseguir emprego; e a melhoria nas relações com as pessoas do seu meio social. Na concepção do programa, a qualificação deve ter caráter social e profissional – QSP, pois para ele a qualificação profissional deve ir:

(...) além de uma prática social específica por meio do qual o ser humano constrói suas condições de existência, uma dimensão subjetiva do trabalho remetendo este conceito ao desenvolvimento de habilidades, ao auto-conhecimento, á sociabilidade, á realização pessoal, simultaneamente à preparação para uma inserção ocupacional que possa assegurar renda aos jovens participantes e levá-los a autonomia. (SEMED, 2007, p.02)

É fundamental para esta pesquisa conhecer as percepções desses jovens ao concluir os estudos no Programa, para tanto, perguntamos se eles se sentiam incluídos socialmente após terminá-lo. Dos 20 egressos que concluíram o programa tendo uma formação integral, ensino fundamental, qualificação profissional e ação comunitária, 70% responderam que se sentem incluídos socialmente, e como mudanças em suas vidas destacaram: a) Realização pessoal; b) Continuação dos estudos; c) Facilidade para conseguir emprego; d) Ampliação de conhecimentos; e) Construção de uma carreira profissional.

Tendo essas respostas como mudanças na vida desses egressos percebemos que a qualificação oferecida pelo ProJovem, embora sendo um programa experimental, trouxe benefícios a vida desses jovens. Assim, esses jovens têm a oportunidade de participar ativamente da sociedade em que estão inseridos sendo sujeitos de direitos reconhecidos, pois, essa qualificação é imprescindível no crescimento das pessoas, na formação de cidadãos e na elevação da autoestima, podendo, contribuir para melhorar as condições de vidas das pessoas, suas famílias e a comunidade onde elas vivem.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ProJovem está inserido no âmbito das políticas nacionais de juventude e tem o duplo desafio de criar condições necessárias para romper com o ciclo das desigualdades sociais e dá aos jovens brasileiros a esperança de um futuro melhor. Seu caráter emergencial/assistencial é justificado pelas condições socioeconômicas desses jovens, que são muito precárias. Assim, esse programa tem como objetivo propiciá-los uma formação integral, qualificação profissional e engajamento cívico, que ensejam na formação de uma consciência crítica. Dentre seus objetivos, destacamos a qualificação profissional e sua função de criar condições para inserção social dos jovens em estado de vulnerabilidade social.

Diante sua complexidade, a problemática teórica que envolve as políticas de qualificação profissional e juventude, foi analisada as implicações do ProJovem na vida dos jovens egressos deste programa. Quanto aos resultados podemos afirmar que o referido programa, como política pública e a partir dos conceitos fundamentais explicados e assumidos, contém potencialidades de inclusão social, mais que necessitam de alguns ajustes. Os jovens que concluíram o Programa, tendo o curso de qualificação profissional conseguiram, quase em 100%, se inserir no mercado de trabalho. Embora, muitos deles não estejam trabalhando na área do arco ocupacional que escolheram, sentem-se realizados e motivados a construir uma carreira profissional.

Certamente, ciente da ideia de que o jovem é um sujeito de direitos e deve ter oportunidades de desenvolver suas potencialidades, as políticas de formação profissional devem contribuir tanto para uma autonomia econômica quanto para melhorar sua socialização com o meio em que vive. Contudo, o ProJovem tem capacidade de permitir a ampliação de conhecimentos e contato com as redes de convívio, o que propicia a sua inclusão social, embora ainda necessite de maior organização na sua gestão local para que os investimentos possam ser bem direcionados e usufruídos pelos sujeitos envolvidos.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **LEI Nº 11.741, DE 16 DE JULHO DE 2008**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jul. 2008.

BRUZACA, Gilda Cristina Trinta. **Professores do ProJovem**: um estudo da sua formação inicial e a relação com a escolarização dos alunos. (Monografia). Graduação em Pedagogia – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

HOLANDA, Felipe. **Relatório de Consolidação** - Metodologia do Sistema de Indicadores Cadeia Produtiva, Universidade Federal do Maranhão, 2012, mimeo.

KRISCHKE, Paulo J. **Questões sobre juventude, cultura política e participação democrática**, 2008.

OLIVEIRA, Roberto Verás de. **A qualificação profissional como política pública**. In: Políticas Públicas de Qualificação: desafios atuais. Ogn. Saul, Ana Marcia & Freitas, José Cleber de. –São Paulo: A+Cominicação, 2007. p.37-57.

POCHMANN. Marcio. **Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos**. São Paulo. Fevereiro de 2007. Disponível em: <<http://www.cursodeveraofortaleza.com.br/2007/Textos/Situa%E7%E3o%20do%20Jovem%20no%20mercado%20de%20trabalho.pdf>> Acesso em: 19 Nov.2008.

SEMED/SEPLAN. Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento - SEPLAN. **Apresentação do ProJovem**. São Luís: SEPLAN, Outubro de 2007. 10p.

VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. **Maiorias adaptadas, minorias progressistas**. 2008.

ZAGO, Nadir. Processos de escolarização nos meios populares: as contradições da obrigatoriedade escolar. In: NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir. (Org.). **Família e escola**: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.